



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1003017-86.2018.8.26.0037**
Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
Impetrante: **Jailton Mascarenhas dos Santos**
Impetrado: **Senhor Diretor do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo Detran e outro**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos etc.,

JAILTON MASCARENHAS DOS SANTOS, qualificado nos autos, interpôs mandado de segurança em face de ato da **DIRETORA DA CIRETRAN DESTA COMARCA DE ARARAQUARA**, em que alegou que exerce a função de motorista autônomo e sua CNH foi bloqueada de forma indevida. Pleiteou em tutela antecipada o desbloqueio de seu prontuário e ao final, fosse convolado em definitivo a liminar, com o arquivamento do processo administrativo de suspensão, bem como a declaração de nulidade da infração imposta, sendo assim afastada qualquer consequência relacionada, seja a pontuação em sua CNH, seja à multa. Com a inicial vieram os documentos.

A tutela de urgência postulada foi deferida. Ato contínuo requisitou-se informações à autoridade coatora. Deu-se ciência ao correspondente ente público.

Notificada a autoridade coatora, prestou suas informações, com o Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo intervindo como assistente litisconsorcial. Ao final o representante do Ministério Público declinou de

1003017-86.2018.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

sua intervenção.

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

Há respaldo jurídico para concessão da ordem.

Nos autos o impetrante, após instauração de procedimento administrativo (nº 2731-5/2017), apresentou defesa junto à JARI no prazo legal (fls. 22/24), porém seu prontuário foi bloqueado, de forma indevida, com base na alegação de que não havia apresentado defesa administrativa junto à JARI.

A autoridade coatora, em manifestação (fls. 58/62), afirmou que o prontuário do impetrante não chegou a ser bloqueado, bem como a notificação que lhe foi encaminhada, informando a ausência de apresentação de recurso à JARI, foi desconsiderada.

Com efeito, afigura-se incontroverso a existência de recurso administrativo pendente de julgamento, comprovada sua interposição a fls. 22/24. Assim sendo, de rigor a manutenção da suspensão da decisão administrativa de bloqueio e suspensão da CNH do impetrante

Posto isso, **CONCEDO A SEGURANÇA**, convolvando-se em definitiva a liminar concedida às fls. 39, apenas para reconhecer o direito do impetrante de apresentar sua defesa na esfera administrativa junto à JARI e, com relação aos demais pedidos, uma vez esgotadas as vias administrativas, em havendo indeferimento do recurso, poderá ingressar com ação competente pleiteando o que de direito.

Condeno a impetrada ao pagamento das custas despesas processuais, deixando de fixar honorários advocatícios em atenção às Súmulas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

512 do Supremo Tribunal Federal e 105 do Superior Tribunal de Justiça e artigo 25 da Lei 12.016/09.

Oficie-se à autoridade impetrada, cientificando-a do teor desta decisão. Dispensa-se a remessa necessária. Oportunamente, arquivem-se.

P.I.C.

Araraquara, 06 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**